

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

MEMÓRIAS SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DE PROFESSORAS E PROFESSORES ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980.

Lígia Antunes de Siqueira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de
Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

ligia.siqueira@posgrad.ufsc.br

Carolina Fernandes da Silva

Professora do Centro de Desportos (CDS) da UFSC e líder do Sôma - Núcleo
de Estudos em Cultura, Corpo e Movimento do Departamento de Educação Física

(DEF) – CDS – UFSC

carolina.f.s@ufsc.br

Introdução

Até os anos 1960, a Educação Física escolar era considerada como “prática educativa”, a formação na área era escassa e ocorria de maneira bastante diversificada, pois não havia uma orientação nacional. Para ministrar as práticas era exigido um conhecimento específico, as escolas davam preferência a quem tivesse formação, mas nem todas/os¹ possuíam, já que não existiam cursos suficientes para atender a demanda das escolas e, portanto, “havia brechas na legislação” (MOREIRA, 2013, p. 148).

De acordo com Valle, Besen e Sato (2016), neste período, em Santa Catarina, o ingresso de professoras/es nas escolas ocorria por meio de concurso, o qual poderia ser de provas e títulos. Os concursos realizados não davam conta de atender a demanda, fazendo com que houvesse flexibilizações, possibilitando o preenchimento dos cargos por professoras/es não concursadas/os.

De acordo com o IBGE (1971), existiam 76 profissionais de Educação Física no Estado de Santa Catarina, 52 mulheres e 24 homens. Visto que a quantidade de escolas em 1968 era de 6.118 de ensino primário e 518 de ensino secundário, percebe-se que a quantidade de professoras/es era escassa. Além disso, neste ano existiam apenas

¹ Este texto utiliza linguagem neutra e a ordem supostamente genérica do português foi invertida, usando sempre o feminino primeiro (CALDAS-COULTHARD, 2007; 2013; BORBA; LOPES, 2018).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

41 unidades de ensino superior, portanto, havia uma necessidade urgente de criar cursos superiores de forma geral e, também, na área da Educação Física.

Diante do exposto, identifica-se que até a década de 1970 a quantidade de professoras/es não atendia a demanda das escolas, as quais também não existiam em número suficiente, como demonstrado nos dados do censo de Santa Catarina. No entanto, durante o período da ditadura militar ocorreram medidas que modificaram a Educação e a Educação Física. Dentre estas, está a publicação do “Diagnóstico da Educação Física no Brasil”, que teve como objetivo a realização de estudos e propor medidas com a intenção de expandir a Educação Física e os esportes no Brasil (REI, 2019, p.98) e, também, as reformas educacionais nacionais² promulgadas entre 1968 e 1971, que aumentaram a procura por professoras/es. Para suprir esta demanda estabelecida, houve a instauração dos dois primeiros cursos superiores de Educação Física em Florianópolis, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 1973, e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1975.

Assim, no contexto em que novas/os professoras/es de Educação Física foram formadas/os institucionalmente, emerge o seguinte problema de pesquisa: Como professoras/es representam a Educação Física escolar no período da ditadura militar da década de 1970?

Para Pesavento (2003), as representações fazem com que as pessoas percebam a sua realidade e pautem a sua existência, além de gerar condutas e práticas sociais que constroem a realidade e, a memória, é uma *representação* que nos permite acessar lembranças sem a presença da coisa ou pessoa evocada. *Memória* é um conceito polissêmico, fundamental para compreender os processos de produção da história. As pessoas, individualmente ou no coletivo, não apenas portam memórias, mas as significam também. Esses sentidos decorrem de suas experiências, as quais estão relacionadas ao tempo e espaço, do presente e do passado (OTTO, 2012). Vale destacar que existe um intervalo de tempo entre o acontecimento evocado, o tempo vivido, e o momento em que ocorre esta evocação, o tempo narrado, lembrado. Esses

² BRASIL (1968; 1969; 1971; 1971b).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

acontecimentos foram significados por reflexões, pois as experiências do passado estão sendo acessadas no presente. Além disso, a memória também pode ser o esquecimento, pois conscientemente ou não, não é possível lembrar de tudo, portanto a memória é seletiva (PESAVENTO, 2003).

Os sinais do passado chegam às/aos historiadoras/es como indícios, que se colocam no lugar do que já aconteceu, ou seja, são as representações do passado. Tais vestígios são vistos como fontes ou documentos de pesquisa, pois são registros que trazem significados (PESAVENTO, 2003). Portanto, não buscamos entender exatamente como as/os professoras/es pensavam, mas analisar suas práticas buscando também determinar os limites, já que toda representação é elaborada a partir da posição da/o agente analisada/o, tanto pela forma como este a produz, bem como é produzido por ela (NUNES; CARVALHO, 1993), ou seja, com o objetivo de se aproximar das formas como as/os professoras/es percebem e significam as representações de suas práticas escolares no período analisado.

Diante disso, revisitar esse tempo por meio de referenciais teórico-metodológicos da História Cultural e discutir os fatos ocorridos de forma analítica e crítica contribui para a reconstrução dos acontecimentos e a aproximação da realidade daquela época e, assim, elucidar possíveis intencionais distorções narrativas. Este estudo volta-se para a década de 1970 também em razão do período demarcado estar sendo frequentemente evocado no atual cenário político brasileiro, tendo como base um acirramento nas disputas de narrativas históricas, apoiado por um aumento do apoio a governos ditatoriais (MOTA, 2020).

Motivadas a revisitar os aspectos históricos da Educação Física escolar após o golpe militar de 1964, iniciamos a pesquisa por meio de uma revisão bibliográfica de teses e dissertações que utilizavam os pressupostos teóricos e metodológicos da História. Esta primeira etapa nos permitiu perceber que a década de 1970 trouxe diversos acontecimentos para a área e, também, que determinados trabalhos³

³ Estes são os que mais se debruçaram sobre estas questões: Taborda de Oliveira (2001), Araújo (2001) e Rei (2019).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

identificaram algumas lacunas na produção acadêmica do campo da Educação Física. Nesta conjuntura, também identificamos que poderiam existir relações entre a instauração do curso de Licenciatura em Educação Física da UFSC e a ditadura militar. Assim, percebemos que seria importante dar continuidade as reflexões encontradas e para isto, ressaltamos a relevância em entrevistar professoras/es escolares formadas/os neste curso superior.

Como a pesquisa está em andamento, organizamos o texto de forma que as discussões se desenrolem a partir dos temas que foram levantados durante a primeira etapa. A parte inicial da discussão trata das medidas tomadas pelo governo durante a ditadura militar de 1964, que impactaram a Educação e, especificamente, a Educação Física, tanto na educação básica, como no ensino superior, demonstrando as relações entre a instauração do curso de Licenciatura em Educação Física na UFSC e a ditadura militar. A segunda analisa as produções acadêmicas do campo da Educação Física e as relações entre a Educação Física escolar, professoras/es e ditadura militar, dialogando com as diferentes interpretações e lacunas encontradas. Por fim, na terceira parte, intitulada de Conjecturas Metodológicas, apresentamos os motivos sobre a escolha em entrevistar professoras/es de Educação Física como forma de dialogar com essas questões encontradas e explicamos a metodologia que está sendo utilizada nesta pesquisa.

Principais pontos de discussão e algumas conclusões

Entre os anos de 1968 e 1971 as reformas educacionais estavam voltadas à viabilização do projeto educacional da ditadura militar (VALLE; RUSCHEL, 2010). A obrigatoriedade da Educação Física foi estendida para todos os níveis e ramos de ensino e foram estabelecidas as orientações para sua realização nas escolas e universidades. Com a reforma universitária foram ampliados os cursos de graduação⁴ e houve a

⁴ Moreira (2013) Os cursos superiores eram escassos sendo maioria no Estado de São Paulo, o interesse nacional nesta área aumentou com a criação Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) em 1978.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

instituição da pós-graduação em Educação Física, dando início às publicações científicas e alargando o campo acadêmico desta área⁵.

Esta reforma deu condições para a efetivação das universidades públicas e promoveu o crescimento do ensino superior privado, o qual foi responsável por suprir a demanda exigida pelo movimento estudantil, aliviando a pressão das universidades públicas. Houve uma aliança entre docentes das universidades e militares desenvolvimentistas, a qual ampliou os recursos destinados a pós-graduação, construiu e equipou novos prédios, laboratórios e institucionalizou a profissão docente por tempo integral e dedicação exclusiva. Além disso, grandes *campus* universitários foram construídos e estudantes e professoras/es foram enviadas/os para o exterior afim de continuar os estudos (CUNHA, 2014).

Devido às especificações descritas no decreto de 1971⁶ que determinavam que a Educação Física realizada nas universidades fosse predominantemente para o ensino do esporte, a UFSC passou a ofertar uma disciplina chamada “Prática Desportiva”, que foi organizada por meio da criação do Centro de Desportos (CDS). Dois anos mais tarde, em 1975, teve início a primeira turma do curso de Licenciatura em Educação Física da UFSC (FARIAS, 1998).

Farias (1998) entrevistou professoras/es no final da década de 1990 e ao questionar sobre a forma como a comunidade universitária via o CDS, encontrou respostas como “apenas para atender a política do governo militar com futuro promissor nos desportos” e “como unidade imposta pelo regime militar” (p.104), demonstrando que existia para algumas pessoas a associação entre a ditadura militar e a criação do Centro de Desportos. Ademais, no projeto de criação⁷ do curso de Licenciatura em Educação Física da UFSC, elaborado em 1974, está descrito que o curso se

⁵ De acordo com Taborda de Oliveira (2001), a produção científica em Educação Física se inicia nesta época por conta das titulações dos profissionais da área de mestrado e doutorado e, também, pela criação dos primeiros cursos de pós-graduação no Brasil.

⁶ (BRASIL, 1971).

⁷ Este projeto se encontra no acervo do Centro e Memória da Educação Física e do Desporto (CEMEFID) do Departamento de Educação Física (DEF) do CDS/UFSC.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

fundamentava por conta do decreto de 1969⁸, o qual estendeu a obrigatoriedade da Educação Física a todos os níveis e ramos de escolarização, exigindo docentes habilitadas/os. Desta forma, seria possível formar profissionais em nível superior para suprir este mercado de trabalho. Percebe-se assim, que houve influência da ditadura militar na criação deste curso.

Para Ferreira (2006), o fato de o esporte ter sido considerado o conteúdo principal da Educação Física durante a ditadura militar se tornou um ponto de acordo, uma narrativa hegemônica e, portanto, ao discutir sobre a história do esporte, “necessariamente fala-se em ditadura militar” (p. 88). Da mesma forma, dizer que a Educação Física obrigatoriamente compactuou com os ideais da ditadura militar também se tornou uma narrativa hegemônica no campo da Educação e da Educação Física.

Para determinadas/os autoras/es, a existência de uma estreita relação entre ditadura militar, Educação Física e esporte, promoveu novas interações entre professoras/es de Educação Física e alunas/os (SOARES et al., 1992) com a intenção de alienar a população e permitir sua dominação (GHIRALDELLI JR., 1991) legitimando o regime, pois as/os jovens bem treinadas/os poderiam ser afastadas/os de conspirações políticas (TEIXEIRA, 2018). No entanto, outras/os autoras/es desenvolveram diferentes percepções em relação a como a Educação Física, o esporte e as/os professoras/es lidavam com os ideais da ditadura militar, demonstrando que existem questões deste período que podem ser revisitadas.

De acordo com estudos como de Taborda de Oliveira (2001), Araújo (2011) e Rei (2019) há uma produção acadêmica, no campo da Educação Física escolar, que possui bastante importância na área, mas que foi realizada fora do ambiente escolar, com foco nas ações governamentais e que teve como objeto principal de análise os discursos oficiais da ditadura militar, deixando em segundo plano o dia a dia das escolas e a atuação das/os professoras/es.

⁸ (BRASIL, 1969)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

Rei (2019) examinou algumas dessas produções, os “livros de Lino Castellani Filho (1988), Paulo Ghiraldelli Jr. (1988), Mauro Betti (1991), Valter Bracht (1992), Carmem Soares et al. (1992), entre outros” (p. 21) e os classificou como obras clássicas⁹. Dialogando com Taborda de Oliveira (2001), Bruno Rei (2019) afirmou que essas obras, com exceção de Castellani Filho (1988), não se caracterizam como estudos históricos, apesar de fazerem referências à história para debater com suas reflexões e discutiram mais sobre práticas escolares externas à escola (como leis e decretos), do que sobre a “história propriamente dita” (p.21).

Estas evidências não advogam para que essas obras devam ser desconsideradas, uma vez que possuem destaque na produção acadêmica do campo da Educação Física e que foram (e ainda são) muito importantes para a área. Tais publicações são carregadas de denúncias por terem sido publicadas, principalmente, no período de abertura política pós-ditadura militar e por se utilizarem das teorias críticas da Educação aproximaram a Educação Física e as Ciências Humanas¹⁰. Essas obras não se referem apenas ao contexto escolar, mas também à Educação Física de forma geral e utilizaram para suas análises e reflexões as medidas oficiais do Estado, como leis, decretos, planos de governo etc.

Para Taborda de Oliveira (2001), a produção acadêmica a partir da década de 1980 delineou uma série de críticas sobre o modelo de Educação Física que era desenvolvido até aquele período (baseado na aptidão física) e denunciou uma crise¹¹ da Educação Física brasileira. Essas obras estavam associadas ao chamado movimento renovador da Educação Física da década de 1980, para essas/es autoras/es a Educação Física era uma disciplina sem legitimidade, que não possuía função e lugar definido na

⁹ Durante a revisão bibliográfica da presente pesquisa foi identificado que as obras de Castellani Filho (1988), Ghiraldelli Jr. (1988), Betti (1991) e Soares et al. (1992) foram as quatro mais citadas e utilizadas pelas teses e dissertações produzidas à partir dos anos 2000. Portanto, para se referir a esse grupo de trabalhos será utilizado este termo proposto por Rei (2019).

¹⁰ Taborda de Oliveira (2001, p. 62) fez uma discussão sobre a aproximação da Educação Física e a historiografia da Educação brasileira.

¹¹ João Paulo Subirá Medina, em sua obra *“A educação física cuida do corpo ... e “mente”: bases para a renovação e transformação da educação física”* de 1983, discutiu sobre a necessidade de a Educação Física entrar em crise, influenciando outras/os autoras/es a utilizar o termo “crise da educação física”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

escola, já que seu caráter era exclusivamente prático, pois era vista como atividade e que dispensava reflexões (CASTELLANI FILHO, 1988). Além disso, discutiram como após o golpe de 1964, o governo autoritário utilizou a Educação Física, mais especificamente o esporte, para consolidar sua ideologia.

Nas obras clássicas foi percebido uma leitura linear da história da Educação Física escolar, que entenderam que durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o esporte substituiu a ginástica, para posteriormente se tornar conteúdo hegemônico após o golpe militar de 1964. No entanto, Araújo (2011) demonstrou que o esporte estava presente na sociedade desde o fim do século XIX, mas que no século XX houve uma expansão mundial. Assim, foi aceito pela sociedade brasileira, incorporado em nossa cultura e tornou-se um conteúdo possível de ser trabalhado nas escolas. Para Ferreira (2006), no século XX, esporte e ginástica eram ações complementares e não antagônicas, a prática de um, outro ou ambos, dependia das condições regionais e físicas das escolas.

Talvez essa leitura linear tenha ocorrido pois, com exceção do livro de Castellani Filho (1988), as obras clássicas não utilizaram os pressupostos metodológicos da história (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; REI, 2019), apesar disso e possivelmente pela importância e respaldo que ganharam no campo acadêmico da Educação Física, mesmo com limites¹², se tornaram “referências ainda hoje muito mobilizadas para a compreensão de aspectos históricos da Educação Física no período do regime militar” (REI, 2019, p. 21).

É importante ressaltar que, durante a ditadura militar houve grande investimento na área da Educação Física e esportes com a intenção de legitimar socialmente seus valores, nenhum regime político anterior no Brasil havia destinado “atenção tão minuciosa para com o fenômeno esportivo” (ARAÚJO, 2011, p.55). No entanto, as narrativas das produções de 1980 e 1990 foram elaboradas de forma vertical e instrumentalizada (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001). Nessa visão, a disciplina

¹² Taborda de Oliveira (2001), Araújo (2011) e Rei (2019), aprofundaram em seus trabalhos a discussão da produção acadêmica do campo da Educação Física, bem como sua aproximação com o campo da Educação e a utilização (ou não) dos pressupostos teóricos e metodológicos da História.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

escolar da Educação Física foi transformada durante o regime militar, por meio das leis, decretos e planos de governo para a área, pois o discurso oficial enxergou no esporte uma ótima forma de inculcar os ideais que ajudariam a manter os militares no poder e, também, reforçar suas ideologias. Neste cenário as relações sociais e econômicas seriam anteriores às práticas culturais, determinando-as, entendendo professoras/es mais como um produto do que como produtoras/es de histórias (NUNES, 2000; 2005). Talvez, apresentamos isto enquanto hipótese, essas/es agentes organizassem suas aulas não pelo caráter autoritário do governo, mas por sua perspectiva individual.

Nunes (2005) teceu algumas críticas à historiografia da Educação brasileira, como o apagamento das/os agentes da prática escolar. Esta historiadora utilizou os aportes teórico-metodológicos da História Cultural e discutiu o campo da Educação nas décadas de 1920 e 1930. Por meio de uma interpretação aberta, reconhecendo e avaliando as diferenças, mas sem se afastar do rigor conceitual, Nunes (2000) se propôs a revisitar as interpretações de estudos anteriores sobre Anísio Teixeira, um intelectual ligado a Educação.

Inspirada pela discussão sobre as representações instituídas¹³ por diversos estudos sobre Anísio Teixeira no trabalho de Nunes (2000), estabelecemos um paralelo das reflexões desta autora com as representações sobre Educação Física escolar. Ao focar as atenções mais aos determinantes políticos, sociais e econômicos, alguns estudos deixaram em segundo plano (até mesmo esquecido) o protagonismo das/os agentes envolvidas/os: escola, estudantes, professoras/es de Educação Física.

Como forma de repensar o vivido, sem se prender a representações e interpretações já existentes e buscando diferentes olhares, estão as representações instituintes, nas quais as/os agentes, (neste caso professoras/es), passam a ser problematizadas/os pelo conjunto de relações que constroem (NUNES, 2000).

Durante o processo de pesquisa para este trabalho, foi identificado que a partir dos anos 2000 e principalmente 2010, houve um aumento de dissertações e teses que se

¹³ Nunes (2000) sinaliza que a discussão das representações instituídas e instituintes foi inspirada no artigo de Eder e Paoli (2004). Neste artigo, há uma discussão sobre a imagem das/os trabalhadoras/es no campo da Sociologia, trazendo novas elaborações que romperam com a tradição anterior.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

identificavam como pesquisas históricas sobre a Educação Física escolar e/ou formação de professoras/es no período da ditadura militar (1964-1985). Nesses estudos, foi possível perceber algumas leituras diferentes da realizada pelas obras clássicas, pois foram pesquisas históricas realizadas dentro do ambiente escolar, permitindo verificar como as pessoas envolvidas no contexto analisado realmente lidaram com as situações em que estavam inseridas.

Portanto, as reflexões desses trabalhos se aproximam do campo das representações instituintes, nas quais agentes diversas/os e plurais promoveram transformações históricas, abrindo espaços de autonomia para suas representações (EDER; PAOLI, 2004, p.52), as discussões passaram a ter como foco a realidade das escolas, contando a história das instituições escolares, realizando entrevistas com professoras/es, tematizando suas relações dentro da escola ou o modo de trabalho das/os docentes. Assim, trouxeram novas leituras, diferentes das representações instituídas pelas obras clássicas, as quais se aproximam de um tipo de representação “que ultrapassou as questões vindas do tempo e do espaço onde foram suscitadas” (EDER; PAOLI, 2004, p.43). A escola passou a ser vista enquanto um espaço de diferentes representações e não necessariamente a que estava sendo imposta pelo governo, uma vez que as pesquisas com fontes orais trouxeram relatos que demonstraram a singularidade de cada escola e dos trabalhos pedagógicos.

Como exemplo, Taborda de Oliveira (2001) constatou que era difícil aplicar as determinações oficiais, como a busca por talentos esportivos, pois muitas escolas não possuíam espaço físico adequado, questão que também foi identificada por Giacomoni (2018), fazendo com que as/os docentes precisassem adaptar suas atividades, realizando as aulas em espaços improvisados da escola ou nas ruas e terrenos vazios próximos. Além disso, era comum a realização de parcerias com algum clube ou instituição próxima, deixando por conta da/o aluna/o ir até o local das aulas, fazendo com que nem todas/os participassem da Educação Física (MOREIRA, 2013).

Foi possível perceber que as/os professoras/es não tinham como conteúdo hegemônico em suas aulas o esporte e/ou características do alto rendimento, pois

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

existiam práticas alternativas como esportes realizados de forma improvisada e com regras adaptadas, como o uso de bolas de meia (MOREIRA, 2013; SOUSA, 2018), havia também brincadeiras, jogos de tabuleiro, atletismo, ginástica e o caráter de competição não direcionava as aulas (GIACOMONI, 2018).

Também constatamos que existiam professoras/es que viam este período de forma muito positiva, como no estudo de Lyra (2009), que identificou que a ditadura militar não foi alvo de protestos e revoltas, mas sim “acolhida e enaltecida como um tempo frutuoso e marcado por grandes conquistas” (p. 113). Além disso, havia interesses em comum, a ideologia militar parecia ter entrado na Escola Superior de Educação Física - ESESF/UDESC “‘pelas portas da frente’ e convidada a permanecer” (p.115).

Para Chartier (2011), não existe história possível se não forem articuladas “as representações das práticas e as práticas das representações” (p.16), pois existem determinadas razões, intenções e objetivos que orientam as práticas das representações, para discutir essas práticas, que são o objeto da representação, é necessário identificar essas questões. Além disso, as representações nos permitem analisar as relações que foram desenvolvidas pelas/as professoras/es com o mundo social, como suas práticas construíram suas identidades e como suas maneiras de dar aula exibiam suas formas de ser no mundo. Essas/es docentes incorporaram a estrutura e o contexto histórico e social em que estavam inseridos, todavia, deveriam existir disputas de sentidos e significados, que também eram estabelecidos por relações de poder (CHARTIER, 2001), por meio da adesão ou não das medidas oficiais propostas pelo governo durante a ditadura militar.

Ainda que as/os professoras/es estivessem vivendo sobre um governo autoritário, estudos analisados durante a revisão bibliográfica demonstraram certa autonomia dessas/es agentes em suas práticas docentes. Foi possível perceber que pesquisas que tiveram como foco a atuação das/os professoras/es e o conteúdo das aulas, perceberam que as realidades escolares foram ímpares, por diversos motivos, bem como diversas foram as formas como as/os docentes lidaram com as imposições da ditadura militar. Neste sentido, nos interessa entender melhor quais as representações de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

Educação Física escolar foram construídas por professoras/es, formadas/os nas primeiras turmas do curso de Licenciatura em Educação Física da UFSC, quais as memórias delas/es sobre o modo como o curso abordava esta temática e como irão narrar as suas práticas docentes após sua formação.

Conjecturas Metodológicas

Como o estudo está em desenvolvimento, este tópico trata sobre os caminhos metodológicos eleitos para a realização da pesquisa.

O processo de revisão bibliográfica ocorreu a partir de buscas por teses e dissertações em duas bases de dados, o catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹⁴ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁵. Foram utilizadas duas combinações de palavras: “educação física” e 1970; “educação física” e “ditadura militar”. O número de ocorrências foi maior na combinação entre educação física e 1970, sendo 87 na BDTD e 107 no catálogo da CAPES, já na combinação entre educação física e ditadura militar, foram encontradas 15 ocorrências na BDTD e 14 no catálogo da CAPES.

Com o objetivo de selecionar aquelas que se aproximavam da presente pesquisa, alguns critérios foram criados, como pesquisas que utilizavam os pressupostos teóricos e metodológicos da História, que estavam dentro ou próximas do recorte temporal (período entre 1970 e 1980) e que discutiam Educação Física escolar, preferencialmente com foco na atuação ou formação de professoras/es, seja por meio de entrevistas orais ou de evidências documentais, como a análise de diários de classe, manuais, revistas e periódicos da época. A seleção foi feita inicialmente pelos títulos e resumos dos trabalhos encontrados. Por conta do interesse na representação da disciplina de Educação Física das/os professoras/es entre as décadas de 1970 e 1980, os

¹⁴ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses> Acesso em: 09/09/2020.

¹⁵ Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/> Acesso em: 09/09/2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

trabalhos que tematizavam “Esporte para Todos¹⁶”, campeonatos esportivos escolares ou alguma prática corporal específica, foram descartados. Além disso, não foi possível acessar pesquisas antigas que não estavam digitalizadas. Assim, foram selecionados 14 trabalhos para ler na íntegra, analisar quais autoras/es da área da Educação Física foram mais utilizadas/os e como estruturaram suas discussões com as fontes pesquisadas.

Isto posto e com vistas a realizar uma aproximação com as memórias das/os professoras/es, elegemos a História Oral como principal referencial teórico-metodológico. A seleção de possíveis candidatas/os ocorreu pelas pessoas que se formaram nas primeiras turmas do curso de Licenciatura em Educação Física da UFSC, informação que está disponível no Portal de Egressos¹⁷. No portal existem quatro opções de curso, na seguinte ordem: Educação Física Bacharelado, Educação Física Licenciatura, Educação Física Curricular e Educação Física (apenas este se refere ao curso Superior da década de 1970). Então, a opção de curso selecionada foi a última, com a indicação de cada um dos três primeiros anos do curso (1975, 1976 e 1977). Foram encontradas 138 pessoas, as quais foram pesquisadas pelo nome completo no *Google*. Através da identificação da página do *Facebook* de algumas dessas pessoas foram enviadas algumas mensagens, dentre as quais uma obteve resposta, de uma professora da rede estadual de Santa Catarina, da turma 1976.2¹⁸. Após o contato com essa possível candidata, foram indicadas mais três pessoas, das quais já foi estabelecido contato com duas delas, uma da turma 1977.1 e outra da turma 1976.2. Também foi possível identificar outro candidato contatado por *e-mail*, da turma 1976.1. Até o momento há o aceite de três pessoas em participar da pesquisa, todas/os foram professoras/es de Educação Física escolar e atualmente estão aposentadas/os.

Por conta da atual situação de pandemia da Covid-19, as entrevistas serão realizadas por videoconferência, utilizando plataformas que permitem a gravação de

¹⁶ Campanha nacional de massificação esportiva, realizada no Brasil entre 1977 e 1979. Também foi uma intervenção política de controle e cerceamento, com discurso democrático “mas que contraditoriamente estava inserido no regime militar” (Nailze PAZIN, 2004, p.14).

¹⁷ Disponível em: <https://egressos.sistemas.ufsc.br/> Acesso 09/09/2020.

¹⁸ Na UFSC havia o ingresso nos dois semestres de cada ano, por isso há a especificação 1976.1 (primeiro semestre) e 1976.2 (segundo semestre).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

áudio e vídeo de reuniões *online*, as quais podem ser acessadas por computadores e celulares. A preferência será a plataforma *Google Meets*¹⁹, mas há também a opção das plataformas²⁰ *Jitsi* e *Zoom*. Estas serão realizadas após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/UFSC), mas já foi realizada uma conversa informal pela plataforma para apresentação da pesquisadora e explicação sobre esta pesquisa com as/os professoras/es identificadas/os. As entrevistas serão transcritas com o auxílio da ferramenta *Express Scribe Transcription*, que possui recursos que facilitam a transcrição do áudio das entrevistas. Após esta etapa, as entrevistas serão analisadas.

Serão realizadas entrevistas temáticas com perguntas semiestruturadas, que analisam a participação das pessoas em um determinado tema (ALBERTI, 2008). No entanto, também interessa a trajetória das/os professoras/es desde a sua formação no CDS até a(s) primeira(s) escola(s) em que trabalharam, com o objetivo de discutir sobre suas práticas escolares e analisar suas representações sobre Educação Física escolar entre a década de 1970 e 1980. Assim, as entrevistas também terão como eixo a biografia, que analisa as vivências e experiências de vida das pessoas entrevistadas (ALBERTI, 2008).

Para Pesavento (2005, p.34-36) “testemunhos do sensível” mostram que o “conhecimento do passado é sempre indireto”, uma aproximação de ausências e lacunas “que se quer preencher”. Neste sentido, as entrevistas são “evidências do sensível”, que exigem das/os historiadoras/es da cultura um “olhar-detetive” para interpretar tais sinais. As percepções e representações do mundo estão no passado, “mas os registros que ficaram, e que é preciso saber ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio” (p.40). Portanto, além de discutir sobre práticas escolares e identificar representações de Educação Física escolar entre as décadas de 1970 e 1980, também nos propomos a recuperar sensibilidades, que não significa sentir da mesma forma, mas tentar explicar como poderiam ter sido experiências sensíveis de um outro tempo.

¹⁹ Disponível em: <https://meet.google.com/> Acesso em: 02/03/2021.

²⁰ Disponíveis em: <https://meet.jit.si/> e <https://zoom.us/pt-pt/meetings.html> Acesso em: 02/03/2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas, 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

ARAÚJO, Wesley Batista. **Educação Física escolar no período da Ditadura militar em Jundiaí-SP (1964-1985)**. 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 29 nov. 1968.

BRASIL. Decreto-lei nº 705, de 25 de julho de 1969. Será obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior. Brasília, 25 jul. 1969.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 11 ago. 1971.

BRASIL, Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971, Regulamenta o artigo 22 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 03 nov. 1971b.

BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade: a educação física na escola brasileira de primeiro e segundo graus**. São Paulo: Movimento, 1991.

BORBA, Rodrigo e LOPES, Adriana Carvalho. **Escrituras de gênero e políticas de différence: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar**. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.21, n. esp., p.241-285, 2018.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro Colega: Exclusão lingüística e invisibilidade. **Discurso & Sociedad**, vol 1, n. 2, 2007.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. PEDRO, Joana Maria. **Guerrilha de linguagem**. GARCIA, Olga; GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Videoaulas do curso gênero e diversidade na escola. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero. 21 minutos. 2013.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Papirus Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011.

CUNHA, Luiz Antonio. O legado da ditadura para a Educação Brasileira. **Educação e Sociedade**, v. 35, n.127, 2014.

FARIAS, Vilmo Francisco de. **O CDS e sua história (1973-1998)**. Florianópolis, 1998.

FERREIRA, Rita Cláudia Batista. **O esporte como prática hegemônica na educação física**. 2006. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco.

GIACOMONI, Cristian. **A educação física no ensino primário: memórias de professoras e alunos da Escola Giuseppe Garibaldi-Caxias do Sul/RS (1974-1989)**. 2018. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Educação física progressista**. Edições Loyola, 1991.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **VIII Recenseamento geral, 1970, Santa Catarina**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LYRA, Vanessa Bellani. **Escola superior de educação física de Florianópolis e o campo da formação de professores no Estado Catarinense: uma história, um olhar, uma identidade**. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2009.

MOREIRA, Jaqueline Costa Castilho. **Saberes em campo: a configuração do ensino escolar da educação física no Estado de São Paulo (1964-1985)**. 2013. 321 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013.

MOTA, Erick. Apoio à democracia diminuiu durante governo Bolsonaro, aponta pesquisa. **Congresso em Foco**, Brasília, 01 jan. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/direitos-humanos/apoio-a-democracia-diminuiu-durante-governo-bolsonaro-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

NUNES, Clarice e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos ANPED**, n.5, set.1993. p.7-64.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.

NUNES, Clarice. Publicizando uma prática: a avaliação de trabalhos de história da educação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 24, n. 10, p. 91-109, set./dez. 2005.

OTTO, Clarícia. **Nos rastros da memória**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PAZIN, Nailze Pereira de Azevêdo. **Do esporte para todas à constituição de uma pedagogia corporal no Brasil (1970-1985)**. 2004. 138 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Coloquios, 2005.

REI, Bruno Duarte. **Entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: imprensa de educação e ensino e Educação Física escolar no Brasil (1976-1979)**. 2019. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39-67, 2004.

SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. Coleção Magistério 2º grau – série formação do professor.

SOUSA, Nita Keoma Lustosa de. **Mente sã em corpo são: a cultura física no Colégio Estadual de Campina Grande (1966-1978)**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **A revista brasileira de educação física e desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência**. 2001. 399 p.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

18

Tese (Doutorado) Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, Tânia Nair Alvares. **Memórias das práticas escolares de educação física no curso de magistério do Instituto de Educação Assis Brasil (Pelotas/RS, década de 1970)**. 2018. 125f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas.

VALLE, Ione Ribeiro; BESEN, Danielly Samara; SATO, Silvana Rodrigues de Souza. O (re)nascimento de um corpo professoral: os estatutos do magistério público do estado de Santa Catarina de 1960 e 1975. **Perspectiva**, v. 34, n. 1, p. 173-188, 21 jun. 2016.

VALLE, Ione Ribeiro; RUSCHEL, Elizete. Política educacional brasileira e catarinense (1934-1996): Uma inspiração meritocrática. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (Reid)**, Jaén, n. 3, p. 73-92, 10 jan. 2010.